

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

O Douto Juízo da 5ª Vara Cível do Foro da Comarca de Mogi das Cruzes/SP, faz saber a todos quanto possam interessar que, nos termos estabelecidos neste edital, será realizado leilão público por meio do portal www.zallileiloes.com.br.

PROCESSO: [1009753-55.2017.8.26.0361](#) – Ação de Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: **Caputera Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda**, CNPJ nº 14.609.190/0001-53, na pessoa de seu representante legal
EXECUTADO: **Alisson Ribeiro Silva**, CPF 399.131.248-40
INTERESSADOS: **Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes**, CNPJ nº 46.523.270/0001-88, na pessoa de seu representante legal, **Ocupante do Imóvel e Condomínio Residencial Nova Mogi II**, CNPJ nº 24.189.120/0001-47, na pessoa de seu representante legal e **Priscila da Silva Carvalho Ribeiro (cônjuge do Executado)**, CPF nº 362.319.618/50.

1º LEILÃO: início em **30/10/2026**, às **11h00min**, e término em **04/11/2026**, às **11h00min**;
LANCE INICIAL: **100% (cem por cento)** do valor atualizado da avaliação. Não havendo lance, seguirá sem interrupção para o:

2º LEILÃO: início em **04/11/2026**, às **11h01min**, e término em **25/11/2026**, às **11h00min**;
LANCE MÍNIMO: **80% (oitenta por cento)** do valor atualizado da avaliação.

DESCRIÇÃO DO BEM: **APARTAMENTO Nº 18, DA TORRE B, EDIFÍCIO BELLATRIX - “CONDOMÍNIO RESIDENCIAL NOVA MOGI II”**, situado no 1º pavimento, localizado na Avenida Prefeito Francisco Ribeiro Nogueira, nº 5.450, Bairro do São João do Caputera, perímetro urbano deste Município e Comarca, com a seguinte descrição: possui a área real privativa de 61,750m², área real comum de 55,400m² (sendo 9,789m² coberta e 45,611m² descoberta, nesta última inclusa a área de 10,350m³ referente à 01 vaga descoberta e indeterminada de garagem), perfazendo a área total de 117,150m², correspondendo-lhe um coeficiente de proporcionalidade de 0,0027420 equivalente a 56,807m²; localiza-se na parte intermediária posterior e do lado direito, no sentido de quem da entrada desta torre olha para o mesmo, e, confronta pela frente com o hall de circulação do andar, com shaft junto a caixa de escadas e com a caixa de escadas, pelo lado esquerdo com o apartamento nº 17, pelo lado direito com a área externa do condomínio e apartamento nº 11 e pelos fundos com a área externa do condomínio. A vaga de garagem descoberta é de uso comum e indeterminado. INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 47.002.027.361-7. MATRÍCULA: 90.130, do 2º CRI de Mogi das Cruzes/SP. LOCALIZAÇÃO: Avenida Prefeito Francisco Ribeiro Nogueira, 5450, Bloco B, Apartamento 18, São João do Caputera, Mogi das Cruzes, SP, CEP: 08717-490. DEPOSITÁRIO: o Executado.

AValiação: R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), em março de 2021, que, atualizado, corresponde à R\$ 297.810,03 (duzentos e noventa e sete mil, oitocentos e dez reais e três centavos), para agosto de 2026.

DÉBITO DA DEMANDA: R\$ 130.268,40, em dezembro de 2025 (fls. 837/840), a ser atualizado antes de instalado eventual concurso de credores.

I - CONDIÇÕES GERAIS: o leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial, Alfio Carlos Affonso Zalli Neto, inscrito na JUCESP sob o nº 1.066, com escritório profissional à Av. Francisco Matarazzo, nº 1.752, conj. 405, Ed. Comercial Casa das Caldeiras, Perdizes, São Paulo/SP, CEP 05001-200, telefone 11 3872-7282, realizado exclusivamente de forma ELETRÔNICA por meio do portal www.zallileiloes.com.br.

Compete aos interessados em participar do leilão: a) cadastrar previamente no site; b) solicitar habilitação antes da data prevista para o encerramento de cada leilão; c) ler atentamente o edital de leilão e documentos disponibilizados no site; d) ao arrematante, enviar o comprovante de pagamento ao leiloeiro no prazo improrrogável de um dia útil ao e-mail contato@zallileiloes.com.br ou outro indicado pelo leiloeiro; e) assegurar que possui os requisitos de estrutura para participar do leilão via internet (conexão, equipamento, etc)¹; f) analisar detalhadamente os lotes, documentos e informações do leilão, inclusive visitando o(s) bem(ns), quando disponível, mediante prévio agendamento e atentar-se a todas as regras previstas neste edital de leilão.

II - ÔNUS: Consta no **R. 5, ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** em favor da Caixa Econômica Federal. Consta na **AV. 08, PENHORA EXEQUENDA**. Conforme as decisões de fls. 301/302, 370/371, 550 e 558, bem como com as autorizações da parte Exequente e da credora fiduciária, Caixa Econômica Federal, o objeto do leilão é a propriedade plena. Não há nos autos informações de que sobre o bem recaia outros ônus, recursos ou processos. **DÉBITO DE IPTU:** R\$ 3.020,10, referentes aos exercícios de 2018 a 2020, em agosto de 2021 (fls. 438). Não foi possível verificar os valores atualizados e se há débitos pendentes para o exercício em vigência, pois o portal da Municipalidade não conseguiu localizar o número de contribuinte deste imóvel. **DÉBITO FIDUCIÁRIO:** R\$ 156.654,39, em maio de 2025 (fls. 790). **DÉBITOS CONDOMINIAIS:** Não foi possível consultar eventuais débitos condominiais, razão pela qual, incluiu-se o Condomínio no rol de interessados.

III – DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E DA RESERVA DA MEAÇÃO: Em caso de alienação de bem indivisível, recairá sobre o valor da alienação do bem a quota-parte dos coproprietários ou cônjuge que não sejam executados na demanda, sendo tal quota-parte somada ao valor final (com aplicação do deságio) pertencente ao Executado, conforme art. 843, caput e § 2º do CPC. Além disso, de acordo com § 1º do mesmo art. 843 do CPC, o coproprietário e o cônjuge, ambos não executados, poderão exercer a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

IV - DÉBITOS, ÔNUS E HIPOTECA: o arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários, conforme o art. 130, parágrafo único, do CTN e Tema nº 1134 do C. STJ, e exceto os débitos condominiais, os quais possuem natureza *propter rem*, nos termos do art. 908, § 1º, do CPC², configurando, portanto, em aquisição originária, de modo que os débitos anteriores à arrematação não serão de responsabilidade do arrematante. O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas, nos termos do art. 500, § 3º, do CC³. Eventuais penhoras e hipotecas serão extintas com a arrematação, ficando o arrematante livre de qualquer obrigação com esses credores.⁴ Correrão por conta do arrematante as

¹ Consulte os requisitos de sistema indicados no site www.zallileiloes.com.br

² Art. 908. Havendo pluralidade de credores ou exequentes, o dinheiro lhes será distribuído e entregue consoante a ordem das respectivas preferências. § 1º No caso de adjudicação ou alienação, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência.

³ Art. 500. Se, na venda de um imóvel, se estipular o preço por medida de extensão, ou se determinar a respectiva área, e esta não corresponder, em qualquer dos casos, às dimensões dadas, o comprador terá o direito de exigir o complemento da área, e, não sendo isso possível, o de reclamar a resolução do contrato ou abatimento proporcional ao preço.

§ 3º Não haverá complemento de área, nem devolução de excesso, se o imóvel for vendido como coisa certa e discriminada, tendo sido apenas enunciativa a referência às suas dimensões, ainda que não conste, de modo expresso, ter sido a venda *ad corpus*.

⁴ Art. 908, § 1º, CPC, art. 130, parágrafo único, CTN e art. 1.499, CC.

despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados.

V - PAGAMENTO: O pagamento poderá ser: a) À VISTA: a ser pago no prazo de 24 horas da arrematação, o lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado; b) PARCELADO (art. 895, §1º, do CPC): sinal de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento), a ser pago no prazo de 24 horas da arrematação, e o saldo em até 30 (trinta) meses, corrigidas pelo INPC e garantida por hipoteca do próprio bem imóvel, mediante proposta escrita, a ser preenchida diretamente no Portal, antes do encerramento do leilão pretendido (1º ou 2º), ficando a seu cargo, caso venha a arrematar, emitir as guias das parcelas e juntá-las no processo; c) CRÉDITO: se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação.

VI - COMISSÃO: a comissão do leiloeiro será de 5% (cinco por cento) do valor da arrematação, não está incluída no valor do lance. O pagamento será feito através de boletos bancários em favor da ZALLI e/ou do Leiloeiro ou outro meio a ser indicado pelo Leiloeiro Oficial e os comprovantes deverão ser imediatamente encaminhados pelo e-mail: contato@zallileiloes.com.br. Na hipótese de acordo ou remissão após a realização da alienação, será devido o pagamento da comissão do leiloeiro à cargo do Executado, salvo convenção diversa entre as partes, nos termos do § 3º, do art. 7º, da Res. CNJ 236/2016. Se o valor da arrematação for superior ao crédito do exequente, a comissão do Leiloeiro Público, bem como as despesas com remoção e guarda dos bens, poderá ser deduzida do produto da arrematação, conforme § 4º do art. 7º da Res. CNJ 236/2016.

VII - LICITANTE VENCEDOR: aquele que realizar a maior oferta durante o leilão, nos termos deste edital, é declarado vencedor da disputa, devendo observar rigorosamente o prazo de pagamento e envio dos documentos indicados pelo Leiloeiro após a arrematação. Caso não realize e comprove o pagamento da arrematação/entrada e comissão do Leiloeiro, tal licitante será desclassificado, submetido às sanções legais e será chamado sucessivamente o próximo colocado da disputa para realizar o pagamento de sua maior oferta enviada, ficando todos os licitantes vinculados ao eventual cumprimento de sua maior oferta caso seja declarado vencedor em até 3 (três) dias úteis do término do leilão. O Arrematante remisso arcará com o pagamento de 20% (vinte por cento) do lance em favor do processo e 5% (cinco por cento) ao Leiloeiro a título de multa por inadimplência.

VIII - PÓS LEILÃO: comprovado o pagamento do lance à vista ou pago o sinal e prestada a garantia, se parcelado, bem como da comissão, o Leiloeiro lavrará o Auto de Arrematação e encaminhará ao processo, ocasião em que se encerra a relação e obrigações entre Arrematante e Leiloeiro. Após, o Arrematante deverá aguardar a ordem do Juízo para pagar e comprovar nos autos o Imposto de Transferência de Bem Imóvel - ITBI e da taxa judiciária indicada para, então, expedir a Carta de Arrematação para transmissão do bem ao Arrematante e, sendo o caso, o Auto de Imissão na Posse.

IX – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES: Não será aceito qualquer pedido de desistência (ou arrependimento, maquiado de desistência) da arrematação, desde que haja o reconhecimento expresso do magistrado que se enquadrem nas hipóteses do § 1º do art. 903 do CPC. Em caso de não reconhecimento da desistência, poderá ser arrematante diretamente executado pelo valor ofertado acrescido da comissão do Leiloeiro, devidamente corrigido e com juros legais, além da multa a ser fixada pelo magistrado, salvo na hipótese do § 5º do art. 903 do CPC.

X - CIENTIFICAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO EDITAL: para fins do que disposto no art. 889, incisos I à VIII e parágrafo único, do CPC, ficam cientes da alienação as partes por seus patronos e representantes legais (quando for o caso), seus respectivos cônjuges, interessados descritos acima ou não, não podendo alegar desconhecimento diante da publicidade em rede mundial de computadores. Este edital será publicado no sítio eletrônico www.zallileiloes.com.br, conforme previsto no art. 887, §2º, do CPC.

Este certame é regido pelas normas e penas previstas no Código de Processo Civil (“CPC”), Código Penal (“CP”), Código Tributário Nacional (“CTN”), Resolução CNJ nº 236/2016, Decreto nº 21.981/1932, Provimento nº 2.614/2021, Tema nº 1134 do C. STJ e demais normas aplicáveis, em especial no que diz respeito à inadimplência, desistência, tentativa de impedir ou atrapalhar o certame e reparação de danos.

Mogi das Cruzes, 1 de setembro de 2026.

DRA. ANDRESSA MARIA TAVARES MARCHIORI
Juíza de Direito